

Editorial

Violência contra a mulher

O Dia Internacional Para Eliminação da Violência Contra as Mulheres foi lembrado ontem. Apesar dos muitos avanços no combate a agressões domésticas, dados do Ministério da Saúde mostram que uma mulher é agredida a cada quatro minutos no país.

Não é uma realidade simples de lidar. Grande parte desses casos de violência acontece dentro de casa - e mais da metade das ocorrências termina sem que a mulher tenha coragem de denunciar o seu agressor. Preferem o silêncio, com medo de consequências ainda piores. Lidam com uma rotina traumatizante, muitas vezes, em nome de uma ilusória harmonia familiar.

É preciso consolidar uma rede de proteção que faça com que cada uma dessas pessoas agredidas se sinta capaz de reagir sem

medo do que possa acontecer. Ao mesmo tempo, deve-se dar apoio para quem teve de suportar uma rotina de violência por anos, até décadas, e agora se sente incapaz de ter uma vida normal.

Mas a violência contra a mulher não se dá apenas no ambiente doméstico. No dia a dia, é comum observar cenas abusivas que não podem ser encaradas sem indignação, como os assédios com quem passa na rua ou em ambientes aglomerados como festas e o transporte público. Todos podem ser vigilantes capazes de ajudar a quem passa por uma situação tão difícil.

Deve-se denunciar os agressores às autoridades e repreender os assediadores. Nenhum tipo de violência contra a mulher pode ser visto com naturalidade. Ainda há muito a ser feito para esse problema ser superado.

Do Leitor

redacao@gazetadepiracicaba.com.br

Partida inevitável

Perder um ente querido é sempre doloroso. Por este motivo, quando acontece, tentamos culpar alguém ou algo para que a ausência seja justificável e menos sofrida. As vezes acusamos a própria pessoa. São muitas as perguntas sem nenhuma resposta: "por que ele mesmo foi arrumar o ar condicionado se poderia ter pago alguém para fazer o serviço?", "por que não foi ao médico?", "por que foi sair aquela hora?", "porque tão jovem?", "por que não fiz nada para impedir?". Choramos, gritamos, ficamos com raiva e, muitas vezes, perdemos a nossa fé. A verdade é que a partida é inevitável e tem data e hora marcadas. Nossa passagem por essa terra pode ser longa ou curta, mas é só uma passagem. Já cantava Milton Nascimento: "E assim chegar e partir, são só dois lados da mesma viagem...". Não tem palavras que nos console e nem justificativa que nos faça sentir melhor, só nos resta a saudade infinita e a esperança de que quem partiu estará em um lugar bem melhor.

Nina Simone

Foto do dia



Ezequiel Becerra/AFP

Tradição
Um fazendeiro participa do tradicional desfile anual de boiadeiros na cidade de San Jose, na Costa Rica

A semana

'Jamais fomos inimigos', declarou Faustão ao homenagear Gugu durante o Domingo



O Congresso Nacional se movimenta para aprovar PEC para permitir que deputados e senadores negociem livremente o destino de emendas parlamentares individuais



Ministro Edson Fachin nega suspender julgamento que pode anular sentença de Lula

Os professores podem parar!

Nós, professoras e professores, juntamente com todo o funcionalismo estadual, estamos mobilizados e podemos parar neste final de ano. O governo Doria está fazendo um duplo ataque contra nós. Enviou para a Assembleia Legislativa dois projetos de lei de reforma da previdência estadual. Na realidade, uma reforma inoportuna e totalmente fora de propósito, porque já houve uma reforma da previdência no estado de São Paulo em 2007, que criou a SPPREV e aumentou nossa contribuição de 6% para 11%.

Naquele momento, nosso antigo Instituto de Previdência (IPESP) dispunha de um patrimônio, constituído com nossas contribuições, que não foi repassado à SPPREV. Não existe clareza quanto ao seu destino. O governo também alega que o Estado devia à Previdência Estadual R\$ 48 bilhões e que esse dinheiro foi repassado mensalmente em dois anos, mas isso não está demonstrado.

Como deputada estadual e presidenta da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), vou cobrar essa demonstração de contas. A reforma vai nos fazer trabalhar mais, pagar mais e ganhar menos. A contribuição, que passou de 6% para 11% em 2007, agora passará a 14%. Ganhamos pouco, não temos reajuste e o governo quer tirar mais

de nós. Ao mesmo tempo, permite que ricos empresários não paguem impostos. Com isso, são reduzidas as verbas da educação, da saúde, da segurança, de todos os serviços públicos. Vamos trabalhar mais e ganhar menos. A idade mínima passa o conjunto dos servidores para de 55 anos a 62 anos (mulheres) e de 60 para 65 anos (homens).

No caso do magistério, passa de 50 anos para 57 anos (professoras) e de 55 para 60 anos (professores). As mulheres são mais penalizadas, pois terão que trabalhar 7 anos a mais. Os homens 5 anos a mais. A forma de cálculo da aposentadoria mudará também. Vamos receber apenas 60% do valor integral. Teremos que trabalhar 40 anos para termos o salário integral!

O outro ataque que o governo faz aos professores e professoras é criar uma chamada "nova carreira" em gabinetes, sem nenhum diálogo, prejudicando a categoria. Pelo que foi anunciado, os professores que optarem por essa farsa da "nova carreira" passariam a receber "subsídios" e não salários.

Sabe o que isso quer dizer? Que terão que abrir mão de todos os direitos da atual carreira, como quinquênios, sexta-parce (adicional que recebem com 20 anos de serviço), licença prêmio, ALE (adicional que rece-

bem quando a escola fica em local de difícil acesso) e todos os demais acréscimos e vantagens conquistados ao longo da carreira. É o tal subsídio e só.

Nossa carreira atual pode ter falhas, mas ela garante direitos que o governo quer nos tirar. Esse subsídio subiria a cada dois anos, mas depende de uma prova. Quer dizer, se o governo fizer uma prova muito, muito difícil (principalmente considerando que os professores trabalham até 64 horas por semana em diversas escolas), muitos poucos obterão nota para terem direito ao reajuste. Isto significa, na verdade, o congelamento do tal "subsídio".

O que o governo quer fazer é ilegal. Subsídio só pode ser pago a Presidente da República, ministros, governadores, secretários, desembargadores, ministros dos tribunais superiores. Mas esse pessoal não tem que fazer prova para terem reajustes salariais, não é? Por tudo isso, estamos em luta. Não descartamos uma greve. Nossa assembleia estadual será no dia 26 de novembro, terça-feira, às 14h, em frente à Assembleia Legislativa. Vamos precisar do apoio dos pais, dos estudantes e de toda a sociedade.

Professora Bebel é presidenta da Apeoesp e Deputada Estadual pelo PT